



TC 027.983/2012-9

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal

Responsáveis: Dowver Azevedo Cruz (CPF 281.577.613-87), Gleidson Castelo Branco Magalhães (CPF 238.789.083-34) e Celso Antônio Botão Carvalho (CPF 176.059.463-68)

Assunto: trânsito em julgado do Acórdão 2.005/2015-TCU-Plenário

DESPACHO DE EXPEDIENTE

1. Em cumprimento ao **Acórdão condenatório 2.005/2015-TCU-Plenário**, Sessão de 12/8/2015, Ata 532/2015 (Peça 103), notificaram-se as pessoas responsáveis nestes autos, Dowver Azevedo Cruz, Gleidson Castelo Branco Magalhães e Celso Antônio Botão Carvalho, conforme quadro abaixo:

Responsável	Dados relativos à notificação/comunicação dos responsáveis - AC- 2.005/2015-TCU-P.					
	Ofício/edital	Data	Peça	Ciência em	Peça	Data do trânsito em julgado
Dowver Azevedo Cruz	3.431/2015	11/11/2015	Peça 116	23/11/2015	Peça 125	-
Gleidson Castelo Branco Magalhães	3.432/2015	11/11/2015	Peça 117	23/11/2015	Peça 124	-
Celso Antônio Botão Carvalho	3.430/2015	11/11/2015	Peça 115	23/11/2015	Peça 126	-

2. Devidamente notificado, o(s) Sr(s) Celso Antônio Botão Carvalho, advogando em causa própria e Dowver Azevedo Cruz, por meio de seu advogado Celso Antônio Botão Carvalho OAB/MA 7915 (Peça 106), interpôs Embargos de Declaração em 31/8/2015 (peça 107), apreciado por meio do **Acórdão 2830/2015-TCU-Plenário**, Sessão de 4/11/2015, Ata 44/2015, **tendo esta Corte conhecido do recurso para, no mérito, dar provimento parcial ao presente embargos de declaração** (peça 109).

3. O acórdão recursal foi comunicado aos aludidos responsáveis, por meio dos ofícios citados no quadro a seguir:



Responsável	Dados relativos à notificação/comunicação dos responsáveis - AC- 2.830/2015-TCU-P.					
	Ofício/edital	Data	Peça	Ciência em	Peça	Data do trânsito em julgado
Dowver Azevedo Cruz	3.431/2015	11/11/2015	Peça 116	23/11/2015	Peça 125	-
Gleudson Castelo Branco Magalhães	3.432/2015	11/11/2015	Peça 117	23/11/2015	Peça 124	-
Celso Antônio Botão Carvalho	3.430/2015	11/11/2015	Peça 115	23/11/2015	Peça 126	-

4. Devidamente notificado, o(s) Sr(s) Celso Antônio Botão Carvalho, advogando em causa própria e Dowver Azevedo Cruz, por meio de seu advogado Celso Antônio Botão Carvalho OAB/MA 7915 (Peça 106), interpôs Embargos de Declaração em 2/12/2015 (peça 136), apreciado por meio do **Acórdão 1340/2016-TCU-Plenário**, Sessão de 25/5/2016, Ata 18/2016, **tendo esta Corte conhecido do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento ao presente embargos de declaração** (peça 139).

5. O acórdão recursal foi comunicado aos aludidos responsáveis, por meio dos ofícios citados no quadro a seguir:



Responsável	Dados relativos à notificação/comunicação dos responsáveis - AC-1.340/2016-TCU-P.					
	Ofício/edital	Data	Peça	Ciência em	Peça	Data do trânsito em julgado
Dowver Azevedo Cruz	1.672/2016	23/6/2016	Peça 143	17/7/2016	Peça 152	2/8/2016
Gleidson Castelo Branco Magalhães	1.673/2016	23/6/2016	Peça 142	17/7/2016	Peça 151	2/8/2016
Celso Antônio Botão Carvalho	1.671/2016	23/6/2016	Peça 144	17/7/2016	Peça 153	2/8/2016

6. Transcorridos os prazos recursais, o **Acórdão 2.005/2015-TCU-Plenário transitou em julgado** nas datas especificadas no quadro acima.

7. **Diante do exposto, foi atestada a inexistência de erros materiais (), bem como o caráter definitivo do mencionado julgado.**

8. Certificamos, ainda, que foram feitos os registros no Sistema CADIRREG, em obediência ao disposto no §3º do artigo 1º da Resolução-TCU 241/2011, c/c o artigo 32 da Resolução-TCU 259/2014, conforme comprovante apensado aos autos (peças 154, 155 e 156).

9. Assim sendo, com fulcro na Delegação de Competência constante da Portaria-Secex/MA 20/2016, encaminho os autos ao **Núcleo de CBEX do SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO** desta **SECEX/MA** para a imediata formalização dos processos de cobrança executiva, nos termos da Resolução-TCU 178/2005, c/c com o inciso V do artigo 43 Resolução-TCU 253/2012, e posterior encaminhamento ao MP/TCU, **via Scbex**.

SECEX/MA, 27 de dezembro de 2016.

(Assinado eletronicamente)

HUGO LEONARDO MENEZES DE CARVALHO

AUFC Matrícula 7708-9

(Delegação de competência conferida pela Portaria - SECEX/MA 10/2015)